

Jornal dos Vigilantes do Brasil



Confederação Nacional dos Vigilantes
Sindicatos de Vigilantes e de Vigilantes de Transporte de Valores

Filiado à



Brasília - DF - Agosto de 2014 Edição Especial - 21 anos CNTV

Piso Nacional dos Vigilantes: Esta luta também é sua!



Vigilantes de todo o país participaram da primeira audiência pública da Comissão Especial, criada para debater o Piso Nacional na Câmara dos Deputados. Nelson Pellegrino, relator do PL, já declarou apoio à categoria.

Após conquistar avanços significativos para a categoria de vigilantes, sendo a mais recente a garantia do adicional de 30% de risco de vida/periculosidade, a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) deu início, em junho passado, à Campanha pelo Piso Nacional de R\$ 3 mil. O movimento é resposta ao anseio da categoria de ter seu trabalho devidamente reconhecido e remunerado, e tem levado ao debate aquilo que os trabalhadores decidiram.

Assim como outras batalhas já travadas pela categoria, a conquista do piso de R\$ 3 mil exigirá esforço, dedicação e, principalmente, unidade. Isto porque o Projeto de Lei (PL) 4238/2012, que trata sobre o assunto, estipula salários que podem variar entre R\$ 800, R\$ 900 e R\$ 1.100, dependendo do grau de risco a que o vigilante está exposto. O PL é de autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) e apresenta este conceito, que é contestado pela CNTV.

A Confederação entende que não existem faixas específicas de perigo. “Todos os trabalhadores correm risco de vida e sofrem pressões internas e externas que impactam na sua saúde e segurança. Os trabalhadores morrem em qualquer lugar, seja em uma escolinha infantil, em um banco ou em um carro-forte”, explicou o presidente da CNTV, José Boaventura.

Para ele, a periculosidade é a mesma e o salário base deve ser unificado nacionalmente. O princípio do Piso Nacional e sem escala de risco conta, inclusive, com a manifestação favorável do patronato. Durante a mesma audiência pública, o presidente da Federação Nacional de Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Odair Conceição, apresentou um estudo mostrando as pequenas variações entre a média dos salários pagos atualmente. Para ele, é possível que os valores pagos de norte a sul do país sejam padronizados.

Para Boaventura, esta é uma oportunidade para negociar uma proposta que atenda aos interesses dos vigilantes. Segundo ele, os trabalhadores do setor já são experimentados em queda de braço e a negociação do valor é que vai estar em jogo. “Esta será uma briga para definir valores. Sobre o conceito de piso nacional, até os patrões já concordaram que é necessário

ser implementado”, afirmou Boaventura.

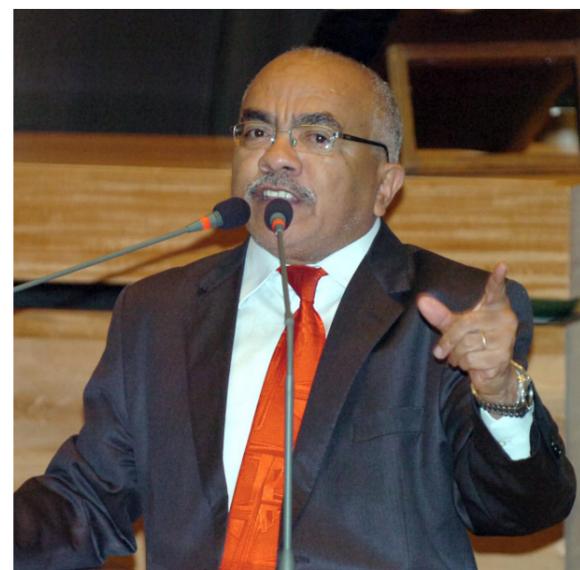
Este é um dos motivos pelos quais o relator do PL, deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), defende uma ampla discussão sobre o assunto. Outro motivo é a existência de mais de 100 apensos abordando temas relacionados à remuneração dos vigilantes e à segurança privada, bancária, entre outros.

Para o secretário de Finanças da CNTV, Jervalino Bispo, “esta é a forma que temos de unificar os salários dos trabalhadores em um valor maior do que o existente e valorizar a categoria por igual a nível nacional, pois mesmo nas regiões sul e sudeste do país, que são os lugares considerados mais ricos, os pisos não são os maiores da categoria. Somente com piso nacional podemos tratar toda a categoria como igual”.

Por que R\$ 3 mil?

O valor de R\$ 3 mil está contido no plano de lutas e foi aprovado em outubro de 2013 durante o II Congresso Extraordinário da CNTV. “O salário defendido pelos vigilantes leva em consideração informações sobre salário mínimo fornecidas pelo Dieese, além de acréscimo pelo desgaste físico e mental decorrente da atividade desenvolvida”, explicou Boaventura.

A afirmação sobre o desgaste físico e mental é comprovada por dados. De acordo com pesquisa



“Vigilante é uma categoria com a mais alta responsabilidade e por isso precisamos ter um piso mínimo nacional unificado”.

realizada pela CNTV e Contraf-CUT, em 2013 houve um crescimento de 14% nas mortes relacionadas a bancos em relação ao ano de 2012, sendo que 10% das vítimas eram vigilantes.

Além de mais investimento em segurança por parte dos bancos, os vigilantes cobram também que a lei vigente seja atualizada. “Queremos regras para que possamos de fato preservar a vida das pessoas, preservando a nossa, com condições de oferecer um serviço que seja de qualidade. É óbvio que um piso salarial digno vai trazer mais valorização e mais qualificação para estes profissionais”, disse José Boaventura.



Piso Nacional dos vigilantes, uma luta da classe trabalhadora

VIGILANTE PISO NACIONAL 3 MIL REAIS

CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES FILIADOS

Ações que têm como objetivo a valorização de uma categoria, seja qual for, não devem ser apenas internas, somente dos que possuem interesse direto. Ter esta consciência é, segundo o secretário de Relações Intersindicais da CNTV e membro da executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Roberto Miguel de Oliveira, um item fundamental na construção de campanhas vitoriosas em benefício dos trabalhadores.

“Uma das bandeiras da CUT é a luta pela educação, e sempre ouvimos que a defesa não deve partir apenas dos profissionais deste ramo. A mesma coisa sobre a saúde: a luta por tudo o que diz respeito a esta área não pode ser apenas desta categoria, mas de todos. Digo o mesmo sobre a valorização dos vigilantes. Garantir qualidade de vida e remuneração justa não deve ser uma luta só nossa, mas de toda a CUT, de todos os trabalhadores”, defendeu.

Segundo Roberto Miguel, é função também da CUT fazer com que outras categorias se engajem nesta nova batalha. “A CNTV é filiada à CUT e representa os vigilantes na estrutura da Central. A luta pelo piso nacional não é, portanto, uma luta que interessa somente a um sindicato, federação ou confederação, mas aos trabalhadores de modo geral. Por isso, a CUT deve se engajar na organização neste novo embate, que certamente terá como desfecho a vitória não só dos vigilantes, mas de toda a classe trabalhadora brasileira”, enfatizou.

Parlamentares manifestam apoio à nova campanha dos vigilantes

Parlamentares que já possuem longa história de parceria com os trabalhadores brasileiros já declararam total apoio à luta da categoria pelo piso nacional de R\$ 3 mil. O deputado distrital Chico Vigilante (PT/DF) e os deputados federais Erika Kokay (PT/DF), Eudes Xavier (PT/CE) e Nelson Pellegrino (PT/BA) estão juntos com a categoria neste novo embate.



“Nós estamos iniciando uma grande luta. É a luta pelo piso nacional dos vigilantes. Hoje nós temos 27 Estados, contando com o DF, e 27 salários. Vigilante é uma categoria com a mais alta responsabilidade e por isso precisamos ter um piso mínimo nacional unificado. A nossa luta pelo piso de R\$ 3 mil é uma luta real, verdadeira, e que está sendo desenvolvida também no Congresso Nacional, mas precisamos da ajuda de toda a sociedade, especialmente dos vigilantes”. (Chico Vigilante)

“A definição de um piso nacional é imprescindível para a valorização da categoria, que vive uma disparidade discriminatória de remuneração salarial. Um dos pontos fundamentais na discussão é a consolidação de um estatuto da segurança privada que inclua diretrizes sobre a jornada, remuneração e formação continuada desses profissionais. Ou seja, mecanismos que assegurem os direitos destes trabalhadores”. (Erika Kokay)



A Copa das Copas foi também a Copa da segurança



CNTV FISCALIZA OS JOGOS DA COPA DO MUNDO DA FIFA 2014

Mais de 50 mil vigilantes trabalhando, entidades sindicais realizando a fiscalização, clima de total segurança dentro e fora dos estádios e um elogio público da FIFA para o esquema de segurança montado para o Mundial. É este o desfecho de anos de negociações dos representantes dos trabalhadores com os Comitês Organizadores Locais (COL) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para garantir que a Copa do Mundo corresse da melhor forma possível, sem que os direitos dos trabalhadores fossem desrespeitados.

Durante o Mundial, os diretores da CNTV e seus sindicatos filiados continuaram atentos às condições de trabalho dos vigilantes que prestavam serviço nas arenas e locais de concentração. Esta fiscalização foi resultado das intensas negociações e das reivindicações da CNTV junto à FIFA. Para garantir que as empresas cumprissem aquilo que havia sido acordado, dois diretores de cada sindicato das cidades-sedes foram credenciados para acompanhar o funcionamento da segurança privada nas arenas, verificar as condições de trabalho dos vigilantes e o cumprimento, por parte das empresas, de todas as obrigações trabalhistas.

Para balizar as demais negociações e garantir ainda mais os direitos dos trabalhadores, foi assinado um protocolo nacional e cada sindicato negociou um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) local, observando, no mínimo, as condições previstas neste primeiro documento. Apesar das constantes tentativas da mídia de confrontar e rebaixar o trabalho que foi realizado, em todas as arenas a atuação dos vigilantes foi considerada exemplar.

Os problemas encontrados pelos dirigentes sindicais credenciados e também denunciados pelos próprios trabalhadores foram apurados. Os sindicatos entraram em contato com

as empresas e cobraram que todas as irregularidades fossem corrigidas em caráter de urgência.

A realização da Copa das Confederações (2013), da Copa do Mundo (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016) fortaleceu ainda mais o debate sobre a atuação da segurança privada nos grandes eventos. “Os vigilantes mostraram que estão prontos. Prova disso é que em vários locais a atuação deles foi impecável”, comemorou o presidente da CNTV, José Boaventura.

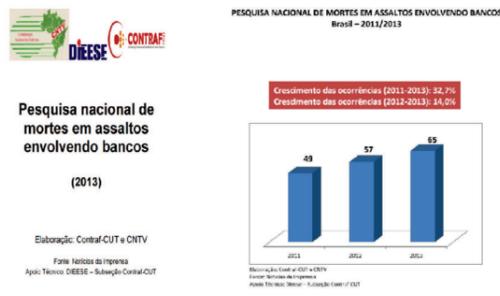
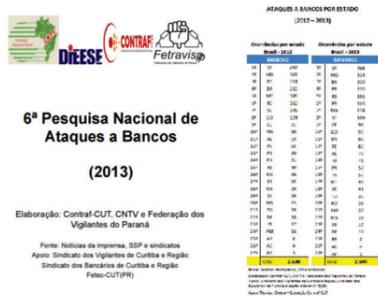
“A CNTV defende que a atuação na Copa do Mundo fique como um legado. Não só para os Jogos Olímpicos, mas também para o campeonato brasileiro. Até porque a portaria da Polícia Federal diz que qualquer evento, seja ele esportivo ou não, com mais de três mil pessoas, deve ter segurança privada regular”, esclareceu Boaventura.



Fraternidade na prática e parceria com outra categoria: bancários é um exemplo.

Compartilhar o mesmo local de trabalho, mesmo dividido entre primeiros e terceiros, não pode ser empecilho para a unidade de classe, para a luta fraterna e pela defesa da vida. Os vigilantes, na sua grande maioria, compartilham o mesmo local de trabalho e tem em comum a defesa da vida e dos seus direitos. Isto tanto pode se dar no comércio, bancos, no campo, na indústria, no serviço público, etc. Com algumas categorias as ações, apesar de diagnosticada as suas necessidades, ainda estão em fase inicial, mas no caso dos companheiros bancários a ação concreta já é uma realidade. Dos projetos de lei contra a saidinha, contra o transporte de valores realizado por bancários, contra a retirada das portas de segurança, a pesquisa de mortes e ataques, as mobilizações conjuntas, a negociação conjunta com o congresso e governo, os debates e mobilizações na base. Estes são exemplos da luta de bancários e vigilantes, tendo sempre à frente CNTV e Contraf/CUT.

Pesquisa Nacional de Ataques a Banco



Desde 2011, a CNTV sela uma parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) para desenvolver a Pesquisa Nacional de Ataques a Banco. As duas entidades, com o apoio técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), coletam dados divulgados na imprensa para identificar os problemas da segurança bancária do país.

O resultado da pesquisa é uma forte ferramenta para questionar o baixo investimento das instituições financeiras na segurança, além de argumento incontestável dos riscos a que são expostos vigilantes, bancários, clientes e usuários.

CCASP

Realizadas em Brasília, as reuniões da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP) contam com a presença de representantes dos trabalhadores (CNTV e Contraf-CUT), dos patrões e do governo. O fórum é tripartite e promovido pela Polícia Federal (PF) para análise de processos contra empresas de vigilância, transporte de valores, cursos de formação e instituições financeiras.



O presidente da CNTV, José Boaventura, e o secretário de Imprensa da Contraf-CUT, Ademir Wiederkehr, representam os trabalhadores na CCASP.

Lei de Segurança Bancária

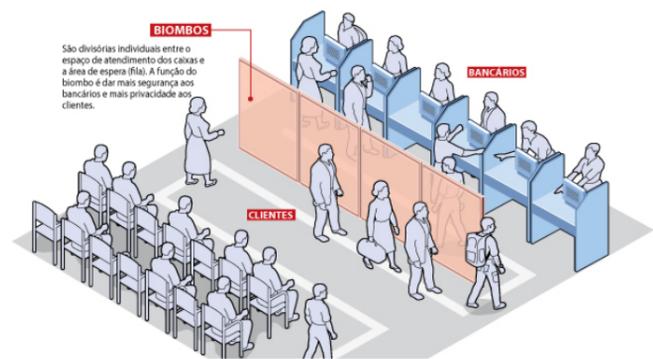
Estados e municípios brasileiros começaram a se organizar legalmente contra os riscos das agências bancárias. As leis buscam garantir a integridade de funcionários e clientes ao estabelecer regras aos patrões, apesar de ainda conter aspectos questionáveis.

Em Parnamirim (PE), por exemplo, a lei foi sancionada em 12 de julho, estabelecendo como obrigatórias as portas giratórias com detecção de metais e a presença de um vigilante armado na área de autoatendimento das 20h às 6h.



Vigilantes e bancários lutam para tornar obrigatória a instalação de portas giratórias em todas as agências

Lei dos Biombos



É por meio do trabalho conjunto entre CNTV e Contraf-CUT - com participação incansável dos sindicatos e federações filiadas a elas - que a Lei dos Biombos está avançando por todo o país. Diversos municípios do Brasil já apresentaram projetos de lei para garantir mais segurança aos bancários, vigilantes e usuários do sistema bancário.

Em João Pessoa (PB), primeiro município a implantar a Lei dos Biombos, a redução dos casos de 'saidinha de banco' chegou a 90%. Na contramão do que os patrões tentam argumentar em todas as cidades que possuem projetos dessa natureza, a instalação de biombos inibe a atuação de bandidos e resguarda a todos que usam o sistema bancário.

Apesar de a Lei Municipal nº 11.359/08 incluir a proibição do uso de celular dentro dos estabelecimentos bancários, aspecto contrário ao que defende a CNTV e a Contraf-CUT, o benefício trazido pela instalação dos biombos é inegável.

Polícia
Cáceres sanciona Lei que obriga biombos nas agências bancárias
Da Redação
O prefeito Francisco de 2014 de a de sistema c reservas Cáceres
Vereador denuncia Bradesco por não cumprir Lei dos Biombos
Bradesco e Caixa Econômica Federal são multados por descumprirem as leis das Filas e a dos Biombos em Manaus
Procon multa 103 bancos por ausência de biombo
Número representa 40% das agências bancárias instaladas na cidade de Campinas
12/02/2014 - 09h42 | Luciana Félix luciana.felix@rac.com.br

CNTV: 21 anos de Conquistas

Há 21 anos a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) representa os trabalhadores desta categoria na luta incansável pela defesa dos seus direitos, por melhores condições de trabalho e de vida. Foi a partir desta força de mobilização que muitas conquistas foram alcançadas, impulsionando os dirigentes desta entidade a perseverar na missão de atingir os demais anseios dos trabalhadores.

Hoje, a CNTV acolhe mais de dois milhões de vigilantes de todo o país e encontra nestes profissionais a disposição para ir mais longe. A trajetória de lutas e conquistas, baseada inteiramente na confiança e na parceria entre a entidade e seus representados, está sendo escrita com muito compromisso de classe.

As vitórias conquistadas até aqui são o resultado de anos de muito trabalho e de persistência diante das dificuldades. Algumas das conquistas a seguir dão ideia da luta dos vigilantes do Brasil, que só foram possíveis com a participação desses trabalhadores, seus sindicatos e federações unificados em torno da CNTV.

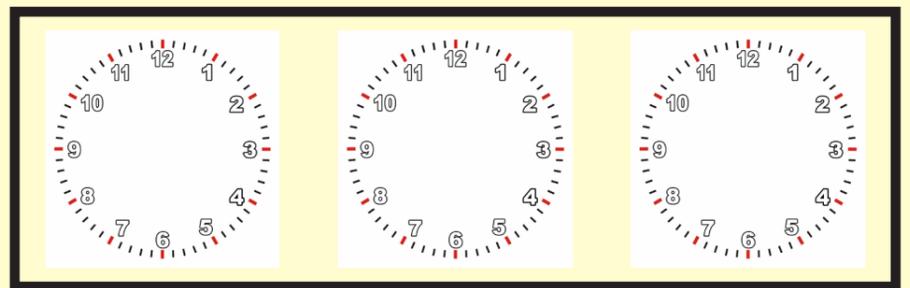
Jornada 12x36

Aspecto prioritário nas mesas de negociação, a jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso é defendida com vigor pela CNTV. Além de um avanço nas relações de trabalho, a escala 12 por 36 garante mais qualidade do serviço e mais satisfação dos trabalhadores.

Antes da interferência da CNTV junto ao patronato, os vigilantes trabalhavam seis dias por semana, tendo direito a apenas um dia de descanso. Diariamente, os trabalhadores ficavam 12 horas em serviço, o que comprometia, inclusive, a qualidade do trabalho.

Em 2012, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) republicou a Súmula nº 444, que valida a escala de 12 por 36 em caráter excepcional. Ainda de acordo com o texto, o trabalhador tem assegurado o direito à remuneração em dobro quando desempenha sua atividade nos feriados.

Com a vitória alcançada por meio das negociações, reforçada pela persistência da CNTV e a confiança dos trabalhadores, os vigilantes desfrutam hoje de um direito essencial para o exercício pleno das suas funções.



Colete à prova de balas

A integridade e a vida dos vigilantes sempre foi uma preocupação prioritária da diretoria da CNTV. Contando com o empenho e dedicação dos trabalhadores, que acreditaram na força desta entidade, a Confederação liderou a luta pela obrigação do uso dos coletes à prova de balas como Equipamento de Proteção Individual (EPI). De acordo com o que estabelece a Portaria do MTE nº 191 de 2006, todo vigilante que trabalha armado deve usar o EPI, sendo responsabilidade da empresa adquirir e fornecer os coletes. O Brasil é um dos poucos países onde nenhum vigilante armado pode trabalhar sem colete.



NÍVEL	MUNICÃO	ENERGIA CINÉTICA (joules)	VELOCIDADE (m/seg)	PESO DA BALA (gramas)	GRAU DE RESTRIÇÃO	
I	.22 LRHV Chumbo	133	320	2,6	USO PERMITIDO	
	.38 Special RN Chumbo	342	259	10,2		
II-A	9mm FMJ	441	332	8,0		
	.357 Magnum JSP	740	381	10,2		
II	9mm FMJ	513	338	8,0		
	.357 Magnum JSP	921	425	10,2		
III-A	9mm FMJ RN	726	426	8,0		
	.44 Magnum SWC Chumbo	1411	426	13,55		
III	7,62x51mm - FMJ (308 Winchester)	3406	838	9,7		USO RESTRITO
	7,62x51mm - AP	4068	868	10,8		
IV	7,30-06 Springfield - AP					



Reblindagem de carro-forte

Passeatas, carreatas, muita pressão. Foi o fortalecimento da unidade da categoria que garantiu mais segurança aos vigilantes que trabalham em carros-fortes. Até os anos 90, os trabalhadores desse segmento estavam expostos à ação dos bandidos, uma vez que descobriram a fragilidade dos veículos. Muitos vigilantes perderam a vida neste período, pois além de tudo isso, ainda não dispunham do colete à prova de balas.

Em setembro de 1995, a portaria nº 1.264 do Ministério da Justiça (MJ) garantiu a reblindagem de todos os carros-fortes, além da obrigatoriedade do uso dos coletes balísticos para todos os vigilantes. Apesar de determinar a reblindagem completa, as empresas de transporte de valores burlaram a legislação, repotencializando a blindagem apenas nas partes dianteira, traseira e laterais dos veículos.

Diante da manobra dos patrões e dos riscos persistentes a que os vigilantes estavam expostos, a CNTV, juntamente com a participação dos trabalhadores, pressionou o MJ para que uma nova portaria exigisse a reblindagem de teto e o piso.

Nos termos da Portaria nº 1.055 de 2001, complementar à Portaria nº 1.264, "as empresas de transporte de valores deverão repotencializar o teto e o piso dos seus veículos especiais", garantindo, de fato, melhores condições de defesa da integridade física das guarnições.



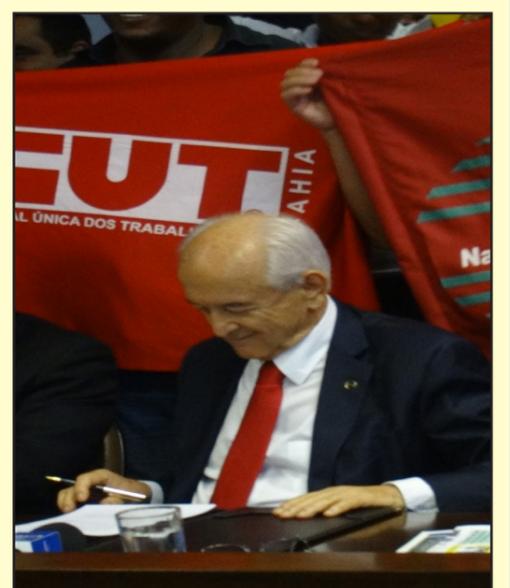
CNTV: 21 anos de Conquistas

Adicional de 30%

Após anos de muita luta e mobilização da categoria, os trabalhadores vigilantes conquistaram o adicional de 30% de risco de vida/periculosidade. O empenho da CNTV encontrou apoio na determinação dos vigilantes que, como nunca, fizeram as maiores e melhores mobilizações e conquistaram o reconhecimento do risco profissional e do direito ao adicional de 30%.



Até que a Lei 12.740/12 fosse sancionada e regulamentada, em dezembro passado, a luta foi incansável para garantir este direito aos trabalhadores. Sancionada, a lei precisava ser regulamentada, iniciando um novo processo de mobilização, demonstrando toda força da categoria. Um grupo tripartite foi criado pelo MTE e a Confederação liderou mais esta etapa de luta. Derrotou a proposta dos patrões de vigilância e banqueiros que queriam excluir vigilantes desarmados da conquista dos 30%. Foram derrotados e não existe vigilante com risco maior ou menor: todos estão expostos a riscos.



Com a assinatura da Portaria MTE nº 1885-13, o adicional foi garantido a 100% dos vigilantes, armados ou desarmados, sem necessidade de perícia, sem parcelamentos e sem exclusões, como queriam os trabalhadores

Vigilantes e bancários caminham juntos pelo novo estatuto da segurança privada



A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e a Contraf-CUT são os interlocutores dos trabalhadores nos debates sobre a atualização da lei federal 7.102/1983, que trata da segurança dos trabalhadores e usuários dos bancos. As duas entidades representam vigilantes (CNTV) e bancários (Contraf-CUT) numa mesa de negociação no âmbito do Ministério da Justiça (MJ) e têm pressionado ainda mais os parlamentares para que aprovelem leis neste sentido. Em reunião realizada em junho passado para debater o PL 4238/2012, que trata sobre o piso nacional dos vigilantes, tanto sindicalistas quanto deputados falaram sobre a urgência em atualizar a legislação vigente, que já possui mais de 30 anos.

Apesar de já existir um texto sobre o mesmo assunto no Ministério da Justiça, o presidente da CNTV, José Boaventura, afirmou que desde agosto

de 2013, data da última reunião com o ministro José Eduardo Cardozo, não se tem mais notícia alguma sobre ele. O prazo de apresentação do conteúdo, setembro de 2013, não foi cumprido e nem foi dada qualquer explicação sobre o motivo às entidades sindicais. "Ainda assim, nós continuamos cobrando resposta. Considerando que existe a Comissão Especial na Câmara para discutir o PL do Piso Nacional, onde estão pensados mais de 100 outros projetos, inclusive tratando sobre estatuto da segurança privada, tentaremos via esta comissão construir um projeto alternativo que possa suprir essa omissão por parte do governo" esclareceu Boaventura.

Segundo Boaventura, é necessário avançar nas medidas de proteção aos usuários, clientes e funcionários do sistema bancário, fazer com que todos os itens de segurança sejam obrigatórios (portas de

segurança, biombos ou divisórias, vidros blindados, etc), e garantir mais e melhores empregos para vigilantes. "No caso dos bancos, o embate é devido às investidas para fazer justamente o contrário: reduzir o máximo possível as medidas de segurança", afirmou. "Precisamos, também, combater uma proposta inicial que era de criar função de vigia, além da proposta de tecnologia no transporte de valores que certamente iria desempregar trabalhadores", completou.

O secretário de Imprensa da Contraf-CUT e coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária, Ademir Wiederkehr, endossa a necessidade de ampliar os equipamentos de segurança como porta giratória, câmeras com monitoramento em tempo real, biombos separando a bateria de caixas, vidros blindados nas fachadas e escudos com assentos para os vigilantes.

"Outro problema que precisa ser debatido na atualização desta legislação é que as multas estão defasadas, pois foram congeladas com Unidade Fiscal de Referência (Ufir). É preciso garantir a atualização monetária dessas multas", cobrou Ademir. "Além disso, queremos também que os vigilantes estejam presentes enquanto houver bancário trabalhando. Hoje só é obrigatório no horário de atendimento ao público", completou.

A próxima reunião da Comissão Especial, onde os trabalhadores pretendem discutir também sobre o Estatuto de Segurança Privada, estava agendada para o início de julho. O encontro foi desmarcado e ainda não existe nova data. A CNTV informará aos companheiros assim que receber qualquer informação e já adianta o convite para que estejam presentes neste importante momento para a categoria.

Terceirizados do DF e Bahia já são beneficiados com a lei anticálote



Governador do DF, Agnelo Queiroz, sanciona lei anticálote

De iniciativa do deputado distrital e diretor licenciado da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Chico Vigilante, a Lei anticálote, válida já na Bahia e no Distrito Federal, tem beneficiado aproximadamente 90 mil trabalhadores nos dois Estados. Apresentado no DF pelo próprio Chico, e na Bahia pela deputada Maria del Carmen, o projeto também faz parte das ações da CNTV para garantir que os vigilantes e trabalhadores terceirizados recebam seus direitos em caso de quebra da empresa em que trabalham.

Pelo texto, os trabalhadores terceirizados que prestam serviço para o Estado têm seus direitos garantidos, pois prevê, já no edital licitatório e nos contratos de prestação de serviço continuados, a exigência de cláusulas relativas à retenção provisória e mensal de provisões trabalhistas, como 13º salário, férias, abono de férias, impacto sobre

férias e 13º e multa de FGTS.

Para o autor do projeto no DF, Chico Vigilante (PT), muitas empresas acabam ganhando em cima dos encargos trabalhistas e, quando chega a hora de pagar aos funcionários, declaram falência e deixam todos sem garantias. "Por isso a anuência do sindicato na comprovação dos pagamentos é fundamental para garantir o cumprimento da lei. São os sindicatos que entendem e defendem os assuntos relativos aos direitos trabalhistas, por isso a necessidade da participação deles nessas situações", defende.

Na Bahia, contou o presidente da CNTV, José Boaventura, a iniciativa se mostrou tão acertada que no final da discussão os trabalhadores já conseguiram o apoio dos patrões, por meio do sindicato que representa as empresas de segurança. "Além disso, o projeto foi aprovado por unanimidade. Este foi resultado de mais de um mês de vigília de vigilantes e trabalhadores de limpeza na Assembleia Legislativa, acompanhando sessões que iam até às 5h da manhã. Essa é mais uma demonstração de que, quando o trabalhador luta, conquista seus objetivos", afirmou.

Proteção anticálote – uma conquista no governo federal e judiciário

Neste mesmo sentido, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) publicou em junho, no Diário Oficial da União (DOU) a Instrução Normativa (IN) nº 3, alterando a IN nº 2 de 2008. Com a alteração o governo diz que os "editais deverão conter expressamente

as regras previstas neste Anexo e documento de autorização para criação da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação...". Isto significa que, na contratação de qualquer prestação de serviço pelo governo federal que envolva mão de obra das empresas contratadas, as parcelas relativas à 13º salário, férias com 1/3, multa do FGTS (40%) e encargos sobre férias e 13º serão depositadas numa conta bloqueada e só será movimentada com autorização do contratante.

A IN diz ainda que no final do contrato o saldo será liberado para a empresa, na presença do Sindicato da categoria correspondente, após comprovada a quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários. A Instrução publicada em junho passado complementa a de 2008, que foi fruto da intensa mobilização da categoria, com marcha e negociação com o então ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Há, ainda, a Resolução nº 183, de outubro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a "retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços". Ao alterar os dispositivos da Resolução nº 169, de janeiro do mesmo ano, fica revogada a inclusão do percentual de lucro incidente sobre os encargos retidos ao montante depositado mensalmente.

A Resolução nº 183 determina a abertura de uma conta-depósito, bloqueada para movimentação, em detrimento da conta-corrente, estipulada na resolução anterior.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, Lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF